

CAMPONESES X AGROINDÚSTRIAS E NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS

Regiane Martins de Oliveira Sabú – UFMS
regianesabu@yahoo.com

Francisco José Avelino Júnior – UFMS
china@ceul.ufms.br

O presente artigo corresponde às discussões iniciais de uma pesquisa que tem como objetivo geral analisar as relações entre a (agro)indústria de alimentos derivados da carne de aves e suínos e os camponeses, produtores dos respectivos animais, no oeste de SC, buscando desmistificar a relação de dominação da (agro)indústria, ou do capital, sobre estes agricultores integrados.

Procuraremos ao longo do trabalho, não apenas desmistificar tal relação de domínio, mais também fazer apontamentos no sentido de contribuir para a superação desta subordinação.

Neste sentido desenvolvemos os objetivos específicos com a perspectiva de, a partir do levantamento de dados com relação aos contratos de integração dos agricultores com as diversas empresas do ramo (sadia, aurora, seara, diplomata, etc), observar, nas cláusulas contratuais, os bônus e ônus para o agricultor integrado.

Buscamos também, no decorrer da pesquisa, identificar as características comuns aos agricultores integrados, resgatando as origens históricas deste camponês. Sabendo a princípio que são, na maior parte, descendentes dos colonos europeus que migrarão para o Brasil no final do século XIX e início do século XX e que segundo MARTINS, 1991, decorrem de uma *“política de colonização que nasceu e desenvolveu-se, freqüentemente de forma precária, em meio a muitas crises, subordinada aos objetivos da política de imigração e de substituição do trabalho escravo.”* Nesta perspectiva procuramos analisar historicamente a ação de políticas públicas, que atuaram com incentivos e apoio tanto para os camponeses se fixarem na região como posteriormente para as (agro)indústrias, verificando atualmente em que sentido ocorrem estes incentivos, sejam municipais, estaduais ou federais.

Concordamos com OLIVEIRA, 1990:83, que aponta para o fato de que *“o camponês está diante da necessidade histórica de sua própria transformação como produtor individual”*. Visto que há *“uma necessidade histórica da incorporação da cooperação no processo produtivo, e conseqüentemente da sua transformação de trabalhador individual (familiar) em trabalhador coletivo”*. Diante disso, levantamos a necessidade de se discutir alternativas de superação da relação de subordinação, a que estão sujeitos nos contratos de integração, primeiro através de conversas com o agricultor integrado, na perspectiva de que este se reconheça enquanto classe e, depois, através de iniciativas que viabilizem o debate e a organização destes camponeses em grupos movimentos/cooperativas/sindicatos que busquem contratos mais justos de integração ou que possibilitem romper com estes contratos de integração, construindo coletivamente novas alternativas produtivas, em que sejam garantidas as condições de produção e reprodução camponesa.

Neste sentido, é que o estudo da monopolização do território pelo capital industrial sobre a territorialidade camponesa no oeste catarinense, e em especial sobre o camponês na forma de produção integrada, apresenta-se de fundamental importância, tanto acadêmica como socialmente,

pois propicia entre outros benefícios, o “repensar” destas relações através do esclarecimento das partes envolvidas, em particular do agricultor integrado.

É cada vez mais importante que o camponês possa compreender o processo em que está inserido e também se atualizar dentro dele, visto que, o capitalismo junto à constante modernização tecnológica moderniza os processos, os contratos, as “regras” de produção e se o camponês estiver alienado ou atrasado, não apenas na tecnologia, mas na compreensão deste processo de produção e de exploração do seu trabalho estará cada vez em maior desvantagem. Por outro lado, acreditamos que se o camponês estiver ciente do modelo para o qual produz, conhecendo seu poder de enfrentamento e articulado à sua classe, poderá se posicionar de maneira distinta frente ao poder do capital, se não impedindo, ao menos amenizando a sua exploração e a expropriação dos seus, pois a indústria alimentar, depende estreitamente do fornecimento de produtos agrícolas como a matéria-prima para a produção industrial, e isso é um importante ponto a favor do camponês e será verdadeira vantagem se este camponês estiver devidamente articulado.

O que despertou o interesse por este estudo, foi um caso em particular: a falência da empresa Chapecó Alimentos (em 2003), que gerou uma grande crise sobre o oeste catarinense e teve seus principais ônus sobre os agricultores integrados, escancarando a fragilidade dessa relação entre a (agro)indústria e a agricultura e a dualidade dos contratos entre ambos que deixa uma enorme margem de descompromisso da empresa com a agricultura; e, por outro lado, um grande vínculo do agricultor com a (agro)indústria, e diante da falência dessa, entra em falência também o agricultor integrado.

Foram inúmeros os casos de agricultores integrados que perderam a produção, muitos se endividaram por longo período e outros terminaram por perder até mesmo a terra.

Realizar porém, apenas o estudo deste caso (a falência da Chapecó Alimentos), com seus erros e acertos, seria discutir o óbvio sobre o que já aconteceu. Por isso, neste trabalho se pretende ampliar esta discussão, usando este e outros casos, como exemplos, e à luz da pesquisa científica buscamos vislumbrar opções ou brechas, pelas quais os próprios camponeses possam visualizar melhores contratos, ou seja, caminhos pelos quais o camponeses possa garantir sua recriação, principalmente aqueles que lhes permitirem não estarem com sua produção restrita unicamente às (agro)indústrias.

Nossa preocupação no desenvolvimento deste estudo é, através da problematização do objetivo proposto e a partir da dinâmica histórico-espacial, analisar a realidade de modo científico e propor mudanças sociais, que contribuam na construção de relações de produção mais justas no campo.

Sabemos que um trabalho teórico desenvolvido, atenderá aos interesses de uma classe social, por conter um arcabouço ideológico e político que não é, e nem poderia ser, neutro, é neste sentido que esclareço aos interessados que este trabalho pretende ser útil à classe camponesa.

Nossa pesquisa está sendo desenvolvida em etapas interligadas que podem ser alternadas de acordo com as necessidades, sendo elas: o levantamento da bibliografia referente ao tema proposto, com a finalidade de aprimorar e fundamentar o trabalho; o reconhecimento da região a ser estudada, estabelecendo-se o recorte necessário à pesquisa, através de visitas e levantamento prévio de dados; entrevistas com os agricultores integrados das diferentes empresas (sadia, aurora, seara,

diplomata), bem como com representantes das empresas e do poder público, sindicatos rurais, movimentos sociais, associações e demais órgãos e instituições envolvidas; e, finalmente, a avaliação dos dados obtidos nas etapas anteriores, confrontando-os entre si.

Teoricamente estamos nos apoiando em autores que têm buscado à luz do materialismo histórico e dialético, discutir as questões pertinentes à agricultura brasileira, não sob o prisma do capital, tão pouco sob a perspectiva de extinção do campesinato, muito pelo contrario, autores que defendem a recriação do campesinato, enquanto processo inerente ao modo capitalista de produção, por isso consideram os camponeses uma terceira classe, cujas características são *sui generis*, justamente por serem proprietários dos meios de produção e força de trabalho, simultaneamente.

Esclarecemos que os resultados de nossa pesquisa encontram-se, ainda, em fase de levantamento prévio dos dados e do recorte a ser pesquisado, bem como da fundamentação teórica pertinente ao tema que pretendemos desenvolver. Neste sentido e diante da vasta produção sobre a agricultura no Brasil, estamos encontrando nossa fundamentação, procurando conciliar nossa construção pessoal de pesquisador e cidadão às discussões que mais se aproximam daquilo que pretendemos realizar e é neste sentido que desenvolvemos os tópicos a seguir, a respeito da relevância do resgate do contexto histórico; posteriormente, escrevemos sobre a pertinência em se compreender o campesinato como algo inerente ao capitalismo, e não como um resquício do feudalismo; e, finalmente, uma breve discussão sobre as relações de integração como estratégia de recriação camponesa que apesar, de favorecerem a monopolização do território pelo capital, permitem a territorialização camponesa.

RELEVÂNCIA DO CONTEXTO HISTÓRICO

A compreensão do contexto histórico em que se configuraram as características que deram, à área em estudo, sua especificidade, não difere do contexto em que estão inseridos outros estudos que envolvem a questão agrária brasileira, e que apontam suas contradições e conflitos, apresentando dois importantes pontos em comum:

- um é a Lei de Terras de 1850; e,
- outro é a incorporação do Brasil ao capitalismo mundial.

A partir da reflexão destes momentos históricos, bem como de suas implicações no espaço, e diante das problemáticas específicas atuais que envolvem os acontecimentos na questão agrária brasileira, nossa preocupação se concentra em discutir as implicações decorrentes da Lei de Terras de 1850, nas políticas de estímulo aos imigrantes para se instalarem na região sul do Brasil – pois a partir desta, é que se viabilizou a territorialização camponesa no oeste catarinense – e, posteriormente, discutirmos, também, as políticas do “Projeto Brasil Potência” que viabilizaram a partir da década de 1970, a expansão do capital na mesma região.

Segundo MARTINS, 1986:20 “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas engendra relações não-capitalistas igual e

contraditoriamente necessárias a essa reprodução” e diante do poder de monopolização do território pelo capital é que se estabeleceram, na região em questão, tais relações contraditórias e complementares ao mesmo tempo. Que permitem a produção e reprodução do capital simultaneamente, tendo em vista que as relações não capitalistas de produção quando subordinadas à produção capitalista, permitem que este, não apenas reproduza o capital, através da exploração do trabalho na indústria, mas também obtenha a produção de capital, através da extração da renda da terra do camponês.

Acreditamos que haja, na relação entre a (agro)indústria e o agricultor integrado, esta relação de subordinação do capitalista explorando, através da baixa remuneração da produção do agricultor integrado sua renda da terra, e muitas vezes, seu próprio meio de produção e sobrevivência, de maneira a expropriá-lo.

É importante esclarecer que, neste trabalho, quando usamos o termo agricultor integrado, estamos nos referindo ao camponês/colono, descendente do imigrante instalado no sul do Brasil no final do século XIX e meados do século XX, que hoje ainda se mantém na terra/colônia, com a tradição do trabalho familiar, mas que tem nas últimas décadas se deparado com o capital industrial e se sujeitado à sua exploração através de contratos de integração com as denominadas (agro)indústrias.

Reforçamos, enfim a preocupação de realizar esta discussão, tendo como recorte a região oeste do estado de SC, sem dissociá-lo de uma reflexão da questão agrária brasileira como um todo, visto que, consideramos fundamental a compreensão de cada parte dentro do mesmo contexto histórico e dialético, para se ter uma visão do todo e de suas partes, pois *“somente através do movimento do conjunto, isto é, do todo, ou do contexto, é que poderemos corretamente valorizar cada parte e analisa-la, para, em seguida, reconhecer concretamente este todo”* (SANTOS,1992:11). Neste sentido este estudo corresponde a um recorte que apenas tem sentido se considerado no contexto histórico de exploração e expropriação que o relaciona intimamente com os demais recortes que se possa fazer a respeito da questão agrária brasileira, e mesmo das políticas públicas adotadas para o Brasil, já que o processo de expropriação do camponês se dá, também, através das gerações, pois seus descendentes não podem, não conseguem mais se manter na terra, e entre outros fatos, isso está atrelado ao processo migratório constante de descendentes de colonos do sul para o centro-oeste e norte do país, bem como, à busca dos movimentos sociais – destaque-se o MST – para o retorno do camponês ao campo.

Diante disto, a análise e resgate do processo de aquisição de terras no Brasil por colonos/imigrantes a partir do final do século XIX, bem como suas implicações. E, em contrapartida, a análise da entrada do capital industrial nacional e internacional no processo produtivo dos colonos/imigrantes, a partir principalmente da década de 1970, e seus reflexos na propriedade de terra e na produção, apresentam-se fundamentais para se compreender a territorialização camponesa e a monopolização do território pelo capital no oeste catarinense. É neste sentido que pretendemos na pesquisa aprofundar esta discussão.

CAMPO X CIDADE X COTIDIANO E NOVAS RELAÇÕES

Este tópico refere-se ao debate entre os que consideram o campesinato como uma classe inerente ao modo capitalista de produção, cujas peculiaridades a distingue tanto da burguesia, por não utilizarem em seu meio de produção o trabalho assalariado, como também, a distingue do proletariado, por não venderem sua força de trabalho simplesmente, mas o produto de sua força de trabalho (familiar) e de seu meio de produção simultaneamente, em contraposição aos que consideram a agricultura familiar na pequena propriedade como um resquício feudal, ou como algo fora da lógica do modo capitalista de produção, devendo se adequar ao capitalismo através da incorporação de tecnologias e do trabalho assalariado, onde o pequeno proprietário “cedo ou tarde” desaparecerá, ou pela sua metamorfose em burguês ou em proletário.

Neste sentido, as questões que pretendemos desenvolver dizem respeito, também, à dicotomia campo(arcaico) x cidade(moderna) que repercutiu na sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1960, a ideologia dominante de que na cidade os camponeses encontrariam as soluções e lutas para uma vida melhor e resultou em um induzido êxodo rural que contribuiu para que muitos camponeses fossem expropriados. Procuraremos esclarecer, não apenas que o campo não corresponde ao lugar do atraso, como também pode constituir-se no espaço de autonomia que favorece as reflexões cotidianas por contar com o tempo da reprodução da natureza e não o tempo da produção industrial, fragmentar e alienante.

Diante destes desafios, o primeiro conceito que pretendemos desenvolver é a respeito do campo muitas vezes concebido como lugar do atraso, do antigo, do ultrapassado e até mesmo da produção não – capitalista¹. É preciso destacar que o campo na sociedade contemporânea nada mais tem a ver com o campo do período feudal, quando a cidade surge como “sujeito” que permite a ascensão do capitalismo. *“Na ordem feudal, o pertencimento a uma classe continua escondido; do mesmo modo a diferença entre a pessoa e o grupo, entre a vida do indivíduo e as condições às quais a sua vida se subordina, não é percebida e nem vivida como tal. Tudo parece natureza e natural”*(Lefebvre: 1999,55).

Ora, o campo da sociedade contemporânea dispõe de modernas técnicas e relações, que nada mais tem com o “isolamento e a dispersão”², muito pelo contrário o campo hoje consegue mobilizar intensamente sua população, prova disto são os inúmeros movimentos sociais pela terra; seja dos agricultores sem terra (MST), dos pequenos agricultores (MPA), das mulheres agricultoras (MMC), dos agricultores atingidos por barragens (MAAB) entre outros; basta que precisem reivindicar alguma causa e rapidamente se mobilizam superando a suposta distância que os separa. Nisto fica claro que no campo contemporâneo já existe uma identidade de classe que os permite se reconhecer enquanto

¹ Concordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira que defende que as relações sociais de produção camponesa são relações não tipicamente capitalistas. Neste caso, estou me referindo à produção(produtos) e não relações de produção.

² Segundo Lefebvre, Marx apresenta várias características de que a cidade seria o sujeito histórico da superação do feudalismo e uma destas características está no fato de que “o campo em oposição à cidade, é o isolamento e a dispersão”.

pessoa e grupo e permite ainda que percebam e reconheçam as condições a que estão subordinados, enquanto indivíduos e enquanto classe. José de Souza Martins nos alerta “o *campesinato é constituído com a expansão do capitalismo, produto das contradições dessa expansão*”, e sendo fruto da expansão capitalista, nada tem de ‘feudal’, ao contrario, reflete-se mesmo como contradição inerente ao modelo.

O campesinato brasileiro é gestado na própria constituição do Estado³, sendo este concebido na égide do capitalismo mundial, daí facilmente concluímos que a classe camponesa brasileira seja claramente um fruto do modo capitalista de produção da mercadoria, estando fundada nas entranhas deste modelo contraditório, enquanto uma terceira classe, distinta dos proprietários e dos proletários justamente por sua condição ambígua de proprietário/trabalhador que coloca no mercado a produção do seu trabalho, que é fruto do seu meio de produção, ou seja a mercadoria do campo. É esta autonomia produtiva que caracteriza o camponês enquanto classe *sui generis* do capitalismo e, enquanto alguns ainda ‘teimam’ em sentenciar seu desaparecimento, a história se encarrega de mostrar sua capacidade de enfrentamento, resistência e recriação no modo capitalista de produção, visto que, como foi dito, resulta da suas próprias contradições.

Esclarecemos, aos menos avisados, a que campo estamos nos referindo em nossa pesquisa, não tratamos aqui do latifúndio de monocultura altamente tecnificado e voltado à exportação, nem tão pouco da terra como reserva de valor servindo a especulação imobiliária ou do campo como área de camping, turismo e lazer. Tratamos aqui do campo como área de produção, não apenas de alimentos, mas de pensamentos, de identidade e de relações sociais, o campo da pequena e média propriedade com diversidade produtiva e trabalho familiar.

Esta distinção, não se dá por pensar que os primeiros não sejam também diferentes do campo do período feudal, pelo contrário, concordo que sejam diferentes e o sejam claramente enquanto expressão do modo capitalista de produção, especulação e consumo respectivamente do campo, muito mais enquanto mercadoria, do que meio de produção. Já a segunda perspectiva de campo, corresponde também à superação do feudal, na distinção que fiz anteriormente em que no período feudal o campo não corresponde e não se reconhece enquanto classe e na sociedade contemporânea sim, a população do campo ao qual me refino se reconhece e atua enquanto classe, superando a primeira por algumas vezes também conseguir se contrapor ao modelo de produção capitalista e ao seu domínio e expropriação, apresentando-se como alternativa de sobrevivência.

Além disso, a citação lefebvriana deixa claro o quanto o camponês se distingue do servo, pois o camponês não pertence a terra, muito pelo contrário, a terra pertence ao camponês e este pode dispor dela sem dar satisfações a qualquer senhor.

Deixamos claro, também, que as relações entre os camponeses enquanto classe supera e muito a concepção de atraso e arcaico, não apenas por dispor de tecnologia avançada, mas pelo reconhecido avanço dos camponeses em seu poder de mobilização e articulação como classe, superando o isolamento que parece estar implícito ao campo no discurso marxista quando se refere ao período feudal, talvez por isso a cidade tenha sido o sujeito histórico, hoje porém, fica claro o quanto o campo

³ PAULINO, Eliane Tomiasi, discute essa questão com maior aprofundamento em sua tese de doutoramento, TERRA É VIDA: A geografia dos camponeses no norte do Paraná.

tem se superado neste sentido e propiciado além de encontros, reflexões e debates que contribuem para a superação da alienação.

Através do exercício de relacionar o campo com a cidade, não procuremos apontar as distinções que diferenciam o campo da cidade, pelo contrário nossa tentativa é de apontar como o cotidiano do campo, que muitas vezes convive com o cotidiano da cidade se influencia tanto na alienação (concebendo a cidade enquanto perspectiva de superação do campo, e acredito que foi principalmente neste sentido que se deu toda a alienação que promoveu o êxodo rural no Brasil a partir da década de 1960), quanto na libertação (possibilitada pelo ritmo natural do campo que, condicionado pela natureza, favorece as reflexões dos “lentos”).

Acreditamos que, diante do desafio de desmascarar o paradigma ideológico dominante, que aliena e fragmenta as relações produtivas, o campo se vê favorecido nesta análise por dispor da proximidade⁴ necessária para acompanhar as ‘novidades’ da cidade de perto, prova disto é que os ônibus que fazem o transporte para o interior dos municípios deslocam-se, muitas vezes, diariamente e as pessoas que moram no campo, em geral freqüentam a cidade regularmente, seja para estudar, consumir, negociar ou, até mesmo, passear. E é nesta perspectiva que o campo tem contato com o cotidiano da cidade, recebendo toda a influência ideológica do ritmo comandado pelo relógio, ao mesmo tempo em que desfruta do cotidiano do campo onde o ritmo é muitas vezes comandado pela natureza.

Não estamos dizendo que no cotidiano do campo exista mais descanso e sossego, como os que consideram o campo como área de lazer e turismo o fazem parecer, muito pelo contrário, estamos considerando aqui o campo em seu ritmo produtivo, ao qual o camponês deve adequar-se, levando em consideração o ritmo de reprodução natural, ou seja, da produção da natureza. Este ritmo impõe *“levantar cedo e pegar no serviço antes que o sol esteja alto, depois esperar o sol baixar para continuar a labuta”*⁵, neste sentido a família camponesa ‘desfruta’ do tempo intermediário enquanto ‘o sol está alto’, para realizar seus afazeres domésticos, para lidar com a comunidade, a igreja, o grupo dos idosos, onde podem conversar com seus compadres, aparentados e amigos, enquanto discutem a produção e as relações a que estão sujeitos, por vezes se queixando, e se articulando.

O cotidiano do campo consegue muitas vezes, fugir à lógica capitalista e consegue, por acompanhar a lógica da natureza e não a mecanicidade do relógio, refletir a tranqüilidade da produção da mercadoria com o valor de uso, subtraindo os desejos e o fetiche que ela poderia exercer por estar em contato simplesmente com o real, ou seja, com a natureza, que imprime ao camponês um ritmo mais ‘lento’, sem falarmos das relações produtivas não - tipicamente capitalistas, onde o trabalho é exercido pela família, muitas vezes com a troca de favores entre compadres e vizinhos.

Segundo Milton Santos, 1994, p.260:

“Durante séculos, acreditávamos que os homens velozes detinham a inteligência do mundo. A literatura que glorifica essa potência inclui a velocidade como essa força mágica... Agora estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos... A força é dos lentos”.

⁴ Cada vez mais favorecida pela tecnologia de transportes e pavimentação e comunicação, contudo sabemos que esta realidade não se estende à todo o Brasil, sendo porém uma peculiaridade positiva do campo, principalmente na região centro-sul do país.

⁵ Trecho da entrevista com um jovem agricultor, da linha Água Amarela em Chapecó SC.

Nesta fala, fica claro que não é no alienante circuito da produção em massa, tão pouco na fragmentar produção em escala, ditada pelo ritmo cronológico do relógio e pela busca da maximização dos lucros que será possível gestar a reflexão e o enfrentamento às ideologias massificantes ora impostas pelo modo de produção capitalista. Pelo contrário, será necessário o tempo da formação integral, ditado pela cronologia da vida, para as reflexões que concebam a existência, objetivo primeiro da sociedade humana desde seus primórdios; e, sua reprodução e preservação, mediante relações mais justas e humanizadoras, afinal este é o fim que justifica a vivência em sociedade.

O camponês está sujeito ao tempo de reprodução da natureza, sendo assim conhece e concebe as etapas necessárias a reprodução da vida e como vimos anteriormente dispõe deste tempo para refletir, não o conhecimento acadêmico/científico, mas o conhecimento da vida reprodutiva fundada em si mesma e não no lucro oriundo da mercadoria, daí acreditamos que esse camponês contém muito deste lento, que Milton Santos supõe dispor de tanta força 'agora'.

CAMPONESES X AGROINDÚSTRIA: A INTEGRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RECRIAÇÃO CAMPONESA⁶

Diante das divergências em se conceber o campesinato como inerente ao capitalismo, o estudo das relações de integração, podem contribuir para se legitimar o quanto os camponeses estão de fato ligados ao modo de produção capitalista, mesmo produzindo por relações não tipicamente capitalistas, assumem papel crucial na produção de capital.

Sabemos que, quando nos processos de integração, as agroindústrias pagam pela produção camponesa valores que não correspondem ao valor da produção, elas estão se apropriam da renda da terra do camponês e, não apenas de seu trabalho e sobretrabalho, mas também, da produção de capital que se faz a partir da renda da terra. Daí o fato de os camponeses serem indispensáveis ao processo produtivo capitalista, pois sua produção permite a extração da renda da terra e conseqüentemente da produção de capital, que legitimamente pertenceria ao camponês, mas que é apropriado pela indústria.

É através deste processo contraditório de integração do camponês à (agro)indústria que se recria no capitalismo o campesinato como uma estratégia do capital para apropriar-se da renda da terra camponesa e em contrapartida como uma das estratégias camponesas para resistir à territorialização do capital.

Entretanto, isso não significa que a recriação camponesa se faça por um consentimento do capital, muito pelo contrário, é por uma brecha na fragilidade deste modelo que se recria o campesinato, ou seja, o campesinato corresponde à contradição ao capital ao mesmo tempo em que é inerente a este modelo, pois a contradição é, ao mesmo, a principal força e fragilidade do modo capitalista de produção e nela o campesinato se explica, se legitima e "*qui sá*" o supera.

É preciso, considerar que, as relações de integração embora permitam a monopolização do território

pelo capital, favorecem a territorialização camponesa, e isto é melhor que a territorialização do capital que expropria o campesinato, por isso podemos considerar que a integração represente “*um jogo de soma não nula*”, ou seja, ao mesmo tempo em que os camponeses não ganham, por estarem subordinados as (agro)indústrias, também não perdem, por conseguirem manter sua condição camponesa.

Portanto devemos ser cautelosos ao estudar as relações de integração entre camponeses e (agro)indústria, devemos considerar que a integração se revela uma estratégia camponesa para sua recriação, contudo, não devemos nos ‘conformar’ com este tênue elo que permite a recriação do campesinato. Muito pelo contrário, é fundamental que passemos a discutir alternativas e um projeto político-econômico que interrompam a monopolização do território pelo capital, e favoreçam a verticalização da produção camponesa, onde a renda da terra, não seja apropriada pela (agro)indústria e possa de fato ficar com o produtor camponês.

Estas alternativas não têm um modelo pronto como alguns programas e projetos do Estado e outras instituições tentam impor, ao contrário, devem surgir da busca da própria classe camponesa apoiada pelas instituições (incluindo-se as universidades) e realizada com intenso debate entre as partes envolvidas, não para conveniência de um projeto nacional, representando os interesses da elite e em favor da expansão do capital, como a história se encarrega de evidenciar. Estas alternativas ao camponês integrado, e à classe camponesa como um todo, surgem da prática e da luta camponesa, que algumas vezes se trava nos protestos, outras nos acordos e outras na resistência cotidiana.

O que cabe a nós pesquisadores e à sociedade em geral é somarmos nossas contribuições a essa luta, que não é simplesmente uma luta em favor do campesinato, mas é uma luta principalmente contra o capitalismo em seu estágio mais selvagem: o capitalismo neoliberal.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, César. *et. all. A Opção Brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 6ªed. São Paulo: Ática, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octávio - *Estado e Planejamento econômico no Brasil* 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, SP: Papiros, 1988.

LEFEBVRE, Henri. A cidade e a divisão do trabalho In: *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A. 1999, p.29-73.

⁶ Este tópico corresponde a uma reflexão, a partir da interpretação das discussões da tese de doutoramento de Eliane Tomiasi PAULINO, *TERRA É VIDA: A geografia dos camponeses no norte do Paraná*, onde a autora apresenta em parte do capítulo 3, esta problemática, relacionada às estratégias de recriação campesina.

LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu Espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. I. Livro primeiro*. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe)

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ed.

_____. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1991, 3ed.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, A. U. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1990, 3ed.

_____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991

_____. *Agricultura Camponesa no Brasil* 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULINO, E. Tomiasi. *Terra é Vida: A geografia dos camponeses no norte do Paraná*. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. 2Ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: 3ª. Ed., Nobel, 1992.

_____. O lugar e o Cotidiano In: *Técnica e Tempo, Razão e Emoção* 2.ed. 1998 p.251-265.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização* São Paulo: Contexto, 1997.

TAVARES dos Santos, José Vicente. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.